

PROJETO DE LEI Nº 01, DE 8 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a contratar Professores, Auxiliar Administrativo de Escola e Auxiliar de Serviços Complementares, para atuação no Ensino Fundamental.

- Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar em caráter emergencial, para atender necessidade temporária e por total interesse do serviço público, conforme Inciso IX do art 37 da Constituição Federal e artigos 233 da Lei Municipal Nº 2.273/2002, em decorrência de laudos, licenças para tratamento de saúde e Direção de Escola.
- I 43 (quarenta e três) professores anos iniciais e educação infantil;
- II 20 (vinte) professores anos finais, com carga horária de 20 horas semanais;
- III 03 (três) auxiliares administrativos de escola, com carga horária de 40 horas semanais;
- IV 12 (doze) auxiliares de serviços complementares, com carga horária de 44 horas semanais;
- Art 2º Os contratos serão regidos pelo sistema "Administrativo", com remuneração prevista na Lei Municipal vigente e terão vigência pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015, podendo ser revogado nos casos previstos no Regime Jurídico dos Servidores Municipais ou por interesse de uma das partes, que dependerá de comunicação prévia de trinta dias.
- Art 3º Os candidatos ao preenchimento das vagas previstas nesta Lei serão selecionados por Processo Seletivo Simplificado, a cargo da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.



(Continuação do Projeto de Lei Nº 01/2015 - Contratação de Professores......fls 02)

Art 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, do Orçamento em vigor:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

12.361.0045.2.097.000 - Manutenção das Atividades com o FUNDEB

31.90.04.00.00.00 - Contratação por tempo determinado

31.90.09.00.00.00 - Salário-familia

31.90.11.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens fixas - pessoal civil

31.90.13.00.00.00 - Obrigações Patronais

33.90.08.00.00.00 – Outros benefícios assistenciais

Art 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinheiro Machado,

JOSÉ FELIPE DA FEIRA Prefeito Municipal



(Continuação do Projeto de Lei Nº 01/2015 - Contratação de Professores......fls 03)

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 01, DE 08 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a contratar Professores, Auxiliar Administrativo de Escola e Auxiliar de Serviços Complementares, para atuação no Ensino Fundamental.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei não configura vício de origem, uma vez que tratase de prerrogativa do Executivo Municipal a proposição de contratações para suprir necessidades, urgentes, temporárias e de interesse público, bem como dar atendimento a Lei Nº 11.738 de 16 de julho de 2008, levando a necessidade de adequação do Poder Público Municipal, especialmente pela obrigatoriedade de que cada professor(a) tenha 1/3 da carga horária fora da sala de aula.

A proposição de contratação de professores, anos iniciais, visa atender necessidades evidenciadas pelos seguintes fatores: não fosse suficiente os efeitos da Lei acima mencionada, deve ser considerado ainda que professores eleitos assumem direção de escolas, vice-direção e coordenação e devem ser substituídos, não se caracterizando "cargo vago", na medida em que os afastamentos são temporários.

No tocante a anos finais e Educação Infantil, considerou-se que há cargos vagos, e que foram objeto de concurso público recentemente, porém não há candidatos aprovados a serem nomeados, levando a necessidade de contratação e que estarão inseridos no Concurso Público a ser realizado.

Depreende-se a extrema necessidade da contratação dos Auxiliares Administrativos de Escola, constatando-se que há vagas a serem supridas e o ultimo concurso realizado não contemplou tal função, levando a que não se tenha hoje



(Continuação do Projeto de Lei Nº 01/2015 - Contratação de Professores......fls 04)

concursados a serem nomeados e a administração necessitando dar atendimento a demanda da educação municipal.

Do quadro existente na Prefeitura Municipal dos Auxiliares de Serviços Complementares, verifica-se que há maior número de casos de afastamento do trabalho por licença para tratamento de saúde, restrição de horário e outros impedimentos, que não possibilitam a nomeação de concursados, e que não permitem prever um prazo de retorno dos afastados, tornando as vagas temporárias, do que o número de contratos solicitados, isto tendo em vista um processo de remanejamento adotado pela Secretaria que viabilizou a redução do numero de contratos, tendo em vista que hoje o município conta com 20 profissionais legados a anos finais e 20 ligados a anos iniciais e ainda, 12 de atividades administrativas e complementares, que acham-se indisponíveis por conta de redução de horário, restrições ou afastamentos por licença médica ou em atividade em outros setores.

Leve-se em consideração ainda que a Administração Municipal colocou em funcionamento a Escola de Educação Infantil Professora Tânia Maria Silveira Cardoso, o que aumentou a demanda de profissionais, salientando-se ainda, os efeitos da Lei Federal Nº 11.738/2008, os quais refletem-se tem todas as solicitações de contratos para professores.

Dentre as disciplinas a serem contratados professores, não há concursados a serem nomeados, o que, por si só, já justificaria a proposição de contratações, apresentada neste Projeto de Lei.

Está inserida neste Projeto de Lei a proposição de autorização para contratação de profissionais para suprir as necessidades decorrentes da instalação da Escola de Educação Infantil Zona Norte, os quais serão efetivamente contratados somente após o pleno funcionamento do referido estabelecimento educacional.

O atendimento ao caput do Art 37 da Constituição Federal fica evidenciado na medida em que busca-se a aprovação de presente Projeto de Lei; pelo processo de seleção; não se denota na ação quaisquer vestígios de imoralidade, e as contratações objeto do presente almejam a eficiência do serviço público, sendo todos os atos objeto de publicação por parte da administração municipal.

Anexo, apresenta-se o impacto financeiro relativo as contratações propostas pelo presente Projeto de Lei e quadro demonstrativo das necessidades, justificativas, destinos dos profissionais que levam a apresentação do presente Projeto de Lei.



(Continuação do Projeto de Lei Nº 01/2015 - Contratação de Professores......fls 05)

Face ao acima exposto, remete-se o presente a esse Legislativo Municipal a quem compete analisar e aprovar, revestindo-lhe da legalidade necessária à sua pronta aplicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Pinheiro Machado,

JOSÉ FELIPE DA FEIRA Prefeito Municipal